RESOLUÇÃO Nº 001/2022-CE/MP/PA

A Comissão Eleitoral instituída para conduzir o processo de eleição para elaboração da lista tríplice para o cargo de Procurador-Geral de Justiça, para o mandato de 13/04/2023 a 13/04/2025, e de membros efetivos do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público para o mandato de 1º/01/2023 a 31/12/2024, ex vi do art. 10, § 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 6/7/2006, com as modificações específicas relacionadas ao processo eleitoral introduzidas pela Lei Complementar Estadual nº 097, de 11 de dezembro de 2014, Lei Complementar Estadual nº 107, de 17 de agosto de 2016 e a Lei Complementar Estadual nº 119, de 1º de outubro de 2018, RESOLVE:

Art. 1º. Ratificar o Calendário Eleitoral, publicado no Diário Oficial nº 35.162, de 25/10/2022.

Art. 2º. Das decisões da Comissão Eleitoral caberá recurso ao E Colégio de Procuradores de Justiça nas hipóteses previstas nos incisos IX, X, e XXII do §2º do art. 10 da Lei Complementar Estadual nº 057/2006, observado o procedimento previsto nos referidos incisos.

Art. 3º. A eleição será realizada em 01/12/2022, no horário das 08:00 às 16:00 horas, no Auditório "Nathanael Farias Leitão", no Edifício-Sede do Ministério Público, à Rua João Diogo nº 100, na cidade de Belém.

Art. 4º. Encerrada a votação, a Comissão Eleitoral se transformará em Junta Apuradora; resolverá questões incidentais; fará a apuração dos votos e proclamará o resultado.

Art. 5º. Os prazos do processo eleitoral serão todos contínuos, peremptórios e preclusivos, excluindo-se o dia do começo e incluindo o do vencimento, consoante o art. 10, § 2º, inciso XXIX da Lei Complementar Estadual n.º 057/2006.

Art. 6º. Os casos omissos na presente Resolução serão dirimidos pela Comissão Eleitoral.

Art. 7º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Belém-PA, 25 de outubro de 2022.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

Procurador de Justiça,

Presidente da Comissão Eleitoral

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Procuradora de Justiça

JOANA CHAGAS COUTINHO

Promotora de Justiça,

Secretária da Comissão Eleitoral

RESOLUÇÃO Nº 002/2022-CE/MP/PA

A Comissão Eleitoral instituída para conduzir o processo de eleição para elaboração da lista tríplice para o cargo de Procurador-Geral de Justiça, para o mandato de 13/04/2023 a 13/04/2025, e de membros efetivos do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público para o mandato de 1º/01/2023 a 31/12/2024, ex vi do art. 10, § 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 6/7/2006, com as modificações específicas relacionadas ao processo eleitoral introduzidas pela Lei Complementar Estadual nº 097, de 11 de dezembro de 2014, Lei Complementar Estadual nº 107, de 17 de agosto de 2016 e a Lei Complementar Estadual nº 119, de 1º de outubro de 2018, RESOLVE:

Art. 1º. Permitir aos candidatos a emissão de cartas aos eleitores, contendo o "curriculum vitae" e suas propostas de campanha, observadas as regras da ética, moral, dos bons costumes, urbanidade, respeito e boa educação, inerentes aos membros do Ministério Público.

Art. 2º. Vedar aos candidatos todos os comportamentos descritos nas alíneas "a" a "j" do inciso XXX do § 2º do art. 10 da Lei Complementar Estadual nº 057, de 6/7/2006, sob as penas previstas no inciso XXXI do §2º do art. 10 do citado diploma legal.

Art. 3º. Vedar a todos os membros do Ministério Público, candidatos ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, e membro do Egrégio Conselho Superior, que utilizem, em suas propagandas individuais, os símbolos oficiais do Ministério Público, ressalvando-se que o material e conteúdo das propagandas são de inteira responsabilidade e custeio dos candidatos.

Parágrafo único. O descumprimento da vedação prevista no caput deste artigo, implicará de simples advertência à cassação do registro da candidatura, assegurado o devido processo legal ao candidato interessado, inclusive recurso ao Colégio de Procuradores de Justiça, com efeito suspensivo, nos termos do art. 10, § 2º, inciso XXXII, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 2006.

Art. 4º. Vedar a prática de campanha eleitoral, pelo candidato ou terceiros, no interior dos prédios do Ministério Público do Estado do Pará, no dia da eleição.

Art. 5º. Os casos omissos da presente Resolução serão dirimidos pela Comissão Eleitoral.

Art. 6º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Belém-PA, 25 de outubro de 2022.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

Procurador de Justiça,

Presidente da Comissão Eleitoral

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Procuradora de Justiça

JOANA CHAGAS COUTINHO

Promotora de Justiça,

Secretária da Comissão Eleitoral

Protocolo: 868236

PORTARIA Nº 6133/2022-MP/PJG

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 134489/2022, em 09/09/2022;

CONSIDERANDO a nomeação do servidor efetivo, Hugo Alesson Passos da Silva, para o cargo de provimento em comissão de Assessor Ministerial, conforme Portaria nº 5090/2022-MP/PJG, publicada no D.O.E de 13/09/2022; e

CONSIDERANDO que não haverá aumento de despesas, pois se trata de substituição de servidor,

R E S O L V E:

DESIGNAR o servidor WANDERLAN DE MELO BRITO, Auxiliar de Administração, para exercer o cargo de Chefe de Apoio das Promotorias de Justiça do Interior da Região Administrativa Sudoeste I, a contar de 06/09/2022.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 19 de outubro de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 868260

PORTARIA Nº 6092/2022-MP/PJG

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do expediente SIP n.º 15196/2022, R E S O L V E:

EXONERAR, de acordo com o art. 59, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/01/1994, LAISE HELENA BARBOSA ARAUJO SALES PINHEIRO, do cargo de Analista Jurídico - MP-ATE-402-A-IV, nomeada por meio da Ato da Procuradoria de Geral de Justiça, datado de 13/08/2013, publicado no DOE de 19/08/2013, a contar de 13/10/2022.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 19 de outubro de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 868014

EXTRATO DA PORTARIA N.º 023/2022-MP/1ª PJSMG

A 1ª Promotoria de Justiça de São Miguel do Guamá, com fulcro artigos 127 e 129, inciso II e III da Constituição da República Federativa do Brasil, torna pública a instauração do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (SIMP N.º 000439-143/2022), o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Nazaré, 530, Bairro: Olho D'Água, CEP: 68.660-000. São Miguel do Guamá-PA. E-mail: mpsaomigueldoguama@mppa.mp.br.

POLO ATIVO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARÁ.

POLO PASSIVO: EMPRESA PORTAL – PORTAS E PORTAIS LTDA.

ASSUNTO: Adotar medidas extrajudiciais para a eventual realização de termo de ajustamento de conduta com a empresa "Portal – Portas e Portais Ltda.", em razão do Auto de Infração nº 2V89P2NQ, dentre outras providências que se fizerem necessárias.

SABRINA SAID DAIBES DE AMORIM SANCHEZ

Promotora de Justiça Titular da 1ª PJ de São Miguel do Guamá

Protocolo: 867985

PORTARIA Nº 6204/2022-MP/PJG

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 56, IX, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO o Inquérito Policial n.º 0804516-97.2022.8.14.0000,

R E S O L V E:

DELEGAR poderes de Órgão de Execução ao Procurador de Justiça SÉRGIO TIBÚRCIO DOS SANTOS SILVA, para representar este Procurador Geral de Justiça, em audiência de instrução, a ser realizada por vídeo conferência, no dia 27 de outubro do ano corrente (quinta-feira), às 9:00 hs, relativa ao processo administrativo supramencionado, podendo tomar todas as decisões que entender cabíveis, em tudo respeitados os direitos e garantias que assistem as partes envolvidas, conforme o previsto na legislação pertinente.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 25 de outubro de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 867987

Extrato da Portaria n.º 012/2022-MPPA/3ªPJCrim

A 3ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 003234-930/2022 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis do INCRA, CEP 68.502-290 - Marabá - Pará - Fone (94) 3312-9900 Fax: (94) 3312-9904.